

# **ESTATUTO**

**CONSELHO ESCOLAR JOSÉ ERMÍRIO DE  
MOARES**

**ESCOLA JOSÉ ERMÍRIO DE MOARES**

**SOBRAL - CE**

**ESTATUTO**  
**Capítulo I**  
**Da Constituição e Finalidade**  
**Da Organização Administrativa**  
**Seção I**  
**Da Constituição**

Cartório 2º Ofício  
Livro 112 Fls 32  
Nº 630

Art. 1º – A Unidade Executora, doravante denominada **CONSELHO ESCOLAR JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES**, fundada em 06/02/2008, na unidade escolar **José Ermírio de Moraes** é uma sociedade civil sem fins lucrativos, de duração indeterminada, com atuação junto à referida unidade escolar, sede e foro no Município de **Sobral**, Estado do Ceará, e será regida pelo presente Estatuto.

**Seção II**  
**Da Finalidade**

Art.2º – A associação tem por finalidade geral colaborar na assistência e formação do educando, por meio da aproximação entre pais, alunos e professores, promovendo a integração: poder público-comunidade – escola – família.

Art. 3º – Constitui finalidade específica do **Conselho Escolar José Ermírio de Moraes**, a conjunção de esforços, a articulação de objetivos e a harmonia de procedimentos, o que o caracteriza principalmente por:

I) interagir junto à escola como instrumento de transformação de ação, promovendo o bem-estar da comunidade do ponto de vista educativo, cultural e social;

II) promover a aproximação e a cooperação dos membros da comunidade pelas atividades desenvolvidas pela escola;

III) contribuir para a solução de problemas inerentes à vida escolar, preservando uma convivência harmoniosa entre pais ou responsáveis legais, professores, alunos e funcionários da escola e membros da comunidade local;

IV) cooperar na conservação dos equipamentos e prédios da unidade escolar;

V) administrar, de acordo com as normas legais que regem a atuação do **Conselho Escolar José Ermírio de Moraes** os recursos provenientes de subvenções, convênios, doações e arrecadações de qualquer finalidade.

VI) incentivar a criação do grêmio estudantil e trabalhar cooperativamente.

**Capítulo II**  
**Da Organização Administrativa**  
**Seção I**  
**Da Composição**

Art. 4º – A Unidade Executora compõe-se de:

- I) Assembleia Geral;
- II) Conselho Deliberativo;
- III) Diretoria;
- IV) Conselho Fiscal

**Seção II**  
**Da Assembleia Geral**

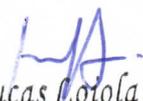
Art. 5º- A Assembleia Geral é constituída pela totalidade dos associados e é soberana em suas deliberações, respeitadas as disposições deste Estatuto.

Parágrafo Único- A Assembleia Geral será convocada e presidida pelo (a) Diretor(a) da Unidade Escolar.

Art. 6º – Cabe à primeira Assembleia Geral:

- I) - fundar a Unidade Executora;
- II)- eleger e dar posse à Diretoria, ao Conselho Deliberativo e ao Conselho Fiscal;
- III)- discutir e aprovar o estatuto da entidade.

§ 1º - Far-se-á convocação por comunicação escrita, com antecedência mínima de 48 horas (quarenta e oito) horas, para as sessões ordinárias, e de 24 (vinte e quatro) horas para as sessões

  
Lucas Lotola Aragão  
Advogado  
OAB/CE: 32.026

extraordinárias.

§ 2º - As decisões tomadas pela Assembleia Geral só terão validade se aprovadas pela maioria absoluta (primeira convocação) e pela maioria simples (segunda convocação) de seus membros, decorridos 30 ( trinta) minutos da primeira convocação.

Art. 7º- A Assembleia Geral será Ordinária ou Extraordinária.

§ 1º - A Assembleia Geral Ordinária será convocada e presidida pelo(a) presidente do **José Ermírio de Moraes**, com o mínimo de 3 (três) dias de antecedência.

§ 2º - A Assembleia Geral Ordinária ocorrerá 1 (uma) vez por ano ou quando houver necessidade, em primeira convocação, com a presença da metade mais um dos associados, ou em segunda convocação, 30 (trinta) minutos depois com qualquer número presente no local.

§ 3º - As deliberações das Assembleias Gerais serão aprovadas por metade mais um dos associados presentes.

§ 4º - Compete à Assembleia Geral Ordinária deliberar acerca dos seguintes assuntos:

I- discutir e aprovar a Programação Anual, o Relatório Anual, o Plano de Aplicação de Recursos e a Prestação de Contas do exercício findo, acompanhados do parecer do Conselho Fiscal;

II - deliberar sobre eleições, eleger Diretoria, Conselho Fiscal e Conselho Deliberativo, podendo, também, preencher cargos vagos ou criar novos.

Art. 8º - A Assembleia Geral Extraordinária será convocada pelo(a) Presidente(a) do **Conselho Escolar José Ermírio de Moraes** por 2/3 dos membros do Conselho Deliberativo ou Fiscal e/ou por 1/5 dos associados.

§ 1º - A assembleia Geral Extraordinária é presidida pelo(a) Presidente(a) do Conselho Escolar ou por seu substituto legal, sempre que se fizer necessário.

§ 2º - As decisões tomadas pela Assembléia só terão validade se aprovadas pela maioria absoluta (primeira convocação) ou pela maioria simples (segunda convocação) de seus membros, decorridos de 30 (trinta) minutos da primeira convocação.

§ 3º - Compete à Assembleia Geral Extraordinária:

I)- deliberar sobre assuntos não previstos neste Estatuto;

II)- alterar nome do **Conselho Escolar José Ermírio de Moraes**, em decorrência da alteração do nome da escola;

III)- transformar as finalidades e/ou serviços oferecidos pela escola;

IV)- alterar o Estatuto;

V)- destituir a Diretoria, quando for o caso, mediante comprovação da(s) irregularidade(s).

### Seção III Do Conselho Deliberativo

Art. 9º- O Conselho Deliberativo é constituído dos seguintes membros:

I)- Presidente

II)- Secretário

III)- Conselheiros

§ 1º - A presidência é exercida pelo(a) diretor(a); pai/mãe ou responsável pelo aluno; ou professor da unidade escolar.

§ 2º - O cargo de secretário deverá ser ocupado por um professor (a) da unidade escolar ou pelo secretário(a) da escola que tenha lotação na respectiva unidade escolar.

§ 3º - Os Conselheiros totalizam-se de 7 (sete) membros, sendo um presidente, exercido pelo(a) diretor(a) da escola, um(a) secretário(a) cargo que deverá ser ocupado por um(a) professor (a) da unidade escolar ou pelo(a) próprio(a) secretário(a) da escola e conselheiros, sendo quatro pais de aluno da escola e um(a) professor(a).

Art. 10- Cabe ao Conselho Deliberativo:

I)- apreciar o Plano de Ação da Diretoria para o respectivo exercício;

II)- aprovar o Plano de Aplicação de Recursos;

III)- revisar os balancetes de receitas e despesas, apresentados nas reuniões pela Diretoria, emitindo parecer, por escrito com assinatura de 3 (três) membros do conselho que seja pai ou responsável;

IV)- promover sindicância para apurar ocorrências de irregularidades no âmbito de sua competência;

  
Lucas Lotola Aragão  
Advogado  
OAB/CE: 32.026

V)- determinar a perda de mandato dos membros da Diretoria por violação do Estatuto, mediante provas;

VI)- emitir parecer conclusivo sobre matérias levadas à apreciação do colegiado;

VII)- reunir-se ordinariamente 1 (uma) vez por bimestre.

Parágrafo Único: As decisões emanadas do Conselho Deliberativo só terão validade se aprovadas pela maioria absoluta dos membros.

Cartorio 2º Ofício  
Livro A-12 Fls 34  
Nº 630

#### Seção IV Da Diretoria

Art. 11- A Diretoria é o órgão executivo e coordenador da Unidade Executora.

Parágrafo Único – A Diretoria será eleita em Assembleia Geral Ordinária, para um mandato de 2 (dois) anos, mediante chapas registradas com antecedência mínima de 10 (dias), podendo ser reconduzida uma vez por igual período.

Art.12 – A Diretoria será composta de:

I) - Presidente;

II)- Vice-Presidente;

III)- Secretário;

IV)- Tesoureiro.

Parágrafo Único: Na composição dos membros da Diretoria, deverão ser respeitadas as seguintes condições para a sua ocupação:

I)- Presidente: diretor(a); pai/ mãe ou responsável pelo aluno; ou professor(a) da unidade escolar;

II)- Vice-Presidente: pai, mãe ou responsável;

III)- Secretário: pais/responsável ou professor(a);

IV)- Tesoureiro: pai/mãe ou responsável; ou professor(a).

Art.13- O exercício dos cargos de direção não serão remunerados.

Art.14- Em caso de vacância de qualquer cargo para o qual não haja substituto legal, caberá à Assembleia Geral Extraordinária eleger um substituto.

Art.15- A diretoria, no todo ou em parte, poderá ser destituída por decisão da Assembleia Geral, quando constatado desvirtuamento de suas funções.

Art.16 – Compete à Diretoria:

I)- elaborar e executar a Programação Anual e o Plano de Aplicação de Recursos do **Conselho Escolar José Ermírio de Moraes;**

II)- deliberar sobre aplicação e movimentação dos recursos do **Conselho Escolar José Ermírio de Moraes;**

III)- encaminhar aos Conselhos Fiscais e Deliberativo o balanço e o relatório, antes de submetê-los à apreciação da Assembleia Geral;

IV)- em caso de convênios, enviar à Secretaria Municipal da Educação (SME), mensalmente, o demonstrativo de receitas e despesas e a prestação de contas;

V)- exercer as demais atribuições decorrentes de outros dispositivos deste Estatuto e as que lhe venham a ser legalmente conferidas;

VI)- cumprir e fazer cumprir as deliberações das Assembleias Gerais;

VII)- decidir os casos omissos.

Art.17- Compete ao Presidente:

I)- convocar e presidir as Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias e as reuniões da Diretoria;

II)- representar a entidade em juízo e fora dele;

III)- administrar, juntamente com o Tesoureiro e em consonância com o Estatuto, os recursos financeiros da entidade;

IV)- ler e tomar providências cabíveis quanto à correspondência recebida e expedida;

V)- promover o entrosamento entre membros da Diretoria, a fim de que as funções sejam desempenhadas satisfatoriamente;

VI)- exercer as demais atribuições previstas neste Estatuto ou que venham a ser exercidas pela Diretoria;

VII)- administrar a Unidade Executora e divulgar as suas finalidades;

VIII)- apresentar relatório anual dos trabalhos realizados.

HA  
Lucas Loiola Aragão  
Advogado  
OAB/CE: 32.026

Art.18- Compete ao Vice-Presidente:

I)- auxiliar o Presidente nas funções pertinentes ao cargo;

II)- assumir as funções do Presidente quando este estiver impedido de exercê-las;

Art.19- Compete ao Secretário:

I)- elaborar a correspondência e a documentação: atas, cartas, ofícios, comunicados, convocações, etc.;

II)- ler as atas em reuniões e assembleias;

III)- assinar, juntamente com o Presidente, a correspondência expedida;

IV)- manter organizada e arquivada a documentação expedida e recebida;

V)- conservar o livro de atas em dia e sem rasuras;

VI)- elaborar, juntamente com os demais membros da Diretoria, o relatório anual.

Art.20- Compete ao Tesoureiro:

I)- assumir a responsabilidade da movimentação financeira;

II)- assinar, juntamente com o Presidente, os cheques, recibos e balancetes;

III)- prestar contas, mensalmente, à Diretoria e ao Conselho Fiscal e, anualmente, em Assembleia Geral, aos associados;

IV)- manter os livros contábeis (caixa e tombo) em dia e sem rasuras.

### Seção V

#### Do Conselho Fiscal

Art. 21- O Conselho Fiscal é o órgão que controla e fiscaliza a Unidade Executora. Será constituído por 3 (três) membros efetivos, e 3 (três) suplentes, sendo pais/responsáveis ou professores.

§ 1º – O Conselho Fiscal deverá ser eleito na primeira Assembleia Geral Ordinária, após a eleição da Diretoria.

§ 2º – O Conselho Fiscal será presidido por um desses membros, escolhidos por seus pares na primeira reunião.

Art. 22 – Compete ao Conselho Fiscal:

I)- fiscalizar as ações e a movimentação financeira da Unidade Executora: entradas, saídas e aplicação de recursos, emitindo pareceres para posterior apreciação da Assembleia Geral;

II)- examinar e aprovar a programação anual, o relatório e a prestação de contas, sugerindo alterações se necessário, e emitir parecer;

III)- solicitar à Diretoria, sempre que se fizer necessário, esclarecimentos e documentos comprobatórios de receitas e despesas;

IV)- apontar à Assembleia Geral as irregularidades, sugerindo as medidas que julgar úteis ao

**Conselho Escolar José Ermírio de Moraes;**

V)- convocar a Assembleia Geral Ordinária, se o Presidente do **Conselho Escolar José Ermírio de Moraes** retardar por mais de um mês a sua convocação, e convocar a Assembleia Geral Extraordinária sempre que ocorrerem motivos graves e urgentes.

Art. 23- O mandato do Conselho Fiscal terá duração de 2 (dois) anos, permitida a reeleição por uma vez.

### Capítulo III

#### Dos Associados – Direitos e Deveres

#### Seção I

#### Dos Associados

Art. 24- O quadro social do **Conselho Escolar José Ermírio de Moraes**, é constituído por um número ilimitado de associados:

I)- associados efetivos;

II)- associados colaboradores.

§ 1º – São considerados associados efetivos:

I)- diretor;

II)- vice-diretor;

III)- professores;

IV)- pais/responsáveis;

V)- alunos maiores.

§ 2º- São considerados associados colaboradores:

  
Lucas Loiola Aragão  
Advogado  
OAB/CE: 32.026

- I)- pessoal técnico-administrativo;
- II)- ex-diretores do estabelecimento de ensino;
- III)- pais/responsáveis de ex-alunos;
- IV)- ex-alunos maiores;
- V)- ex-professores.
- VI)- membros da comunidade escolar que desejam prestar serviços à unidade escolar ou acompanhar o desenvolvimento de suas atividades pedagógicas, administrativas e financeiras.

## **Seção II** **Dos Direitos e Deveres**

Art. 25- Constituem direitos dos associados:

- I)- apresentar sugestões e oferecer colaboração aos dirigentes do **Conselho Escolar José Ermírio de Moraes;**
- II)- participar das atividades associativas;
- III)- votar e ser votado;
- IV)- solicitar em Assembleia Geral esclarecimentos a respeito da utilização dos recursos financeiros do **Conselho Escolar José Ermírio de Moraes** e dos atos da Diretoria e dos Conselhos Fiscal e Deliberativo;
- V)- apresentar pessoas da comunidade para ampliação do quadro de associados;
- VI)- garantia de defesa e de recurso no caso de ser proposta a sua exclusão do quadro social.

Art. 26- Constituem deveres dos associados:

- I)- conhecer o Estatuto do **Conselho Escolar José Ermírio de Moraes;**
- II)- participar das reuniões e assembleias para as quais forem convocados;
- III)- cooperar, de acordo com suas possibilidades, para a constituição do fundo financeiro do **Conselho Escolar José Ermírio de Moraes;**
- IV)- colaborar na realização das atividades desta Associação.

## **Capítulo IV** **Seção I** **Das Reuniões**

Art.27- Haverá reuniões administrativas, convocadas pelo(a) Presidente(a), no mínimo, 1(uma) vez por cada bimestre com a presença da Diretoria e/ou Conselho Fiscal e Deliberativo desta Associação.

## **Capítulo V** **Seção I** **Das Eleições da Diretoria e dos Conselhos**

Art.28- As eleições para os cargos da Diretoria, do Conselho Fiscal e do Conselho Deliberativo dar-se-ão no primeiro bimestre letivo, em Assembleia Geral, por aclamação ou voto secreto, e a posse deverá ocorrer nos 30 (trinta) dias subsequentes.

Art- 29- A apuração dos votos, deverá ocorrer sob a fiscalização de uma comissão composta por pessoas não candidatas.

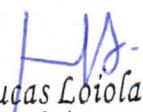
Art. 30- Os membros eleitos terão mandato pelo período de 2 (dois) anos, permitida a reeleição por uma única vez.

Parágrafo Único – As substituições ocorridas, no todo ou em parte, terão como tempo de mandato, o período que resta para o término do mandato vigente, não podendo ser computado prazos individuais.

Art. 31- Antes de findar o mandato, realizar-se-ão as eleições em prazo hábil para garantir a nova composição do **Conselho Escolar José Ermírio de Moraes**, respeitando-se o prazo da administração anterior.

Art. 32- A posse dar-se-á na data subsequente ao vencimento do mandato da gestão anterior.

Parágrafo Único- O(A) eleito(a) para Presidente da diretoria tomará posse e dará posse aos demais membros do Conselho supracitado, devendo esta ser lavrada em ata, em livro próprio da respectiva Associação.

  
Lucas Loiola Aragão  
Advogado  
OAB/CE: 32.026

**Capítulo VI**  
**Dos Recursos e sua Aplicação**  
**Seção I**  
**Dos Recursos**

Cartório 2º Ofício  
Livro 112 Fis 37  
Nº 630

Art. 33- Os meios e recursos para atender os objetivos do **Conselho Escolar José Ermírio de Moraes**, serão obtidos mediante:

- I)- repasses do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE);
- II)- contribuição voluntária dos sócios;
- III)- convênios;
- IV)- subvenções diversas;
- V)- doações;
- VI)- promoções escolares;
- VII)- outras fontes.

Art. 34- Os recursos financeiros depositados em contas bancárias desta Unidade Executora Própria (UEX) deverão ser movimentados em conformidade com o disposto nos Parágrafos Primeiro e Segundo deste Artigo.

**Parágrafo Primeiro** - Os recursos financeiros mencionados no *caput* deste Artigo deverão ser movimentados por meio de cheques nominais, assinados pelo Presidente e pelo Tesoureiro da Unidade Executora Própria (UEX), ou por meio eletrônico, inclusive, por meio de cartão magnético.

**Parágrafo Segundo** – Na hipótese de a movimentação dos recursos efetivar-se por meio eletrônico, inclusive, por meio de cartão magnético, fica autorizado ao Presidente ou ao Tesoureiro a utilização desses meios de pagamento de forma individual e isolada, podendo realizar pagamentos, transferências, saques, emitir extratos, enfim, todas as operações financeiras necessárias à movimentação dos valores.

**Seção II**  
**Da Aplicação**

Art. 35- Os recursos financeiros serão gastos de acordo com o plano de aplicação previamente elaborado e aprovado pelo Conselho Deliberativo.

Art. 36- Caberá ao Conselho Fiscal acompanhar, supervisionar e fiscalizar a aplicação dos recursos do **Conselho Escolar José Ermírio de Moraes**.

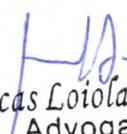
**Capítulo VII**  
**Da Intervenção e Dissolução**  
**Seção I**  
**Da Intervenção**

Art.37- Pela indevida aplicação de recursos, responderão solidariamente os membros da Diretoria que houverem autorizado a despesa ou efetuado o pagamento, em desacordo com as normas pertinentes.

Art.38 – Quando as atividades do **Conselho Escolar José Ermírio de Moraes**, contrariarem as finalidades definidas neste Estatuto ou ferirem preceitos legais, poderá haver intervenção a ser decidida em Assembleia Geral Extraordinária convocada pelo Conselho Deliberativo.

§ 1º – O processo regular de apuração dos fatos será feita por comissão de, no mínimo, 03 (três) associados da Unidade Executora, eleita na Assembleia Geral Extraordinária referida no **caput** deste artigo.

§ 2º – A intervenção será determinada pelo(a) Secretário(a) de(a) Educação Municipal, mediante parecer da comissão referida no parágrafo primeiro.

  
Lucas Loiola Aragão  
Advogado  
OAB/CE: 32.026

**Seção II**  
**Da Dissolução**

Cartório 2º Ofício  
Livro 112 Fls 38  
Nº 630

Art.39- A Unidade Executora somente poderá ser dissolvida:  
I)- por decisão de 2/3 (dois terços) de seus associados, manifestada em Assembleia Geral Extraordinária, especificamente convocada para tal fim;  
II)- em decorrência da extinção do estabelecimento de ensino;  
III)- em decorrência de ato legal emanado do poder competente;  
IV)- em caso de desativação do **Conselho Escolar José Ermírio de Moraes**, o Presidente do Conselho Deliberativo deverá enviar ao órgão educacional de sua jurisdição, uma comunicação escrita explicando os motivos da respectiva desativação, devidamente assinada por todos os membros da Diretoria e Associados.

Parágrafo Único – Em caso de dissolução do **Conselho Escolar José Ermírio de Moraes**, o seu patrimônio será incorporado pela Secretaria de Educação, vinculada à unidade escolar, para uso exclusivo desta última.

**Capítulo VIII**  
**Seção I**  
**Das Disposições Gerais**

Art. 40- Os associados não respondem pelas obrigações do **Conselho Escolar José Ermírio de Moraes**.

Art. 41- São associados fundadores do **Conselho Escolar José Ermírio de Moraes**, as pessoas que participaram da reunião de fundação, cujos nomes constam na respectiva ata.

Art. 42- **O Conselho Escolar José Ermírio de Moraes** não distribuirá lucros sob nenhuma forma ou pretexto aos dirigentes ou associados e empregará os recursos de acordo com a decisão da Diretoria.

Art. 43- É vedado ao **Conselho Escolar José Ermírio de Moraes** exercer qualquer atividade de caráter comercial no âmbito do estabelecimento de ensino.

Art. 44- O **Conselho Escolar José Ermírio de Moraes** constituirá um fundo de reserva para situações emergenciais, cujo percentual deverá ser decidido pela Diretoria.

Art. 45- O presente Estatuto só poderá ser reformado por ato da Assembleia Geral Extraordinária.

Art. 46- O presente Estatuto está adequado às disposições do novo Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002, e aprovado em sessão de Assembleia Geral Extraordinária, datada de 26 de janeiro de 2010 e entrará em vigor imediatamente após sua aprovação ficando revogado o Estatuto de fundação e quaisquer disposições em contrário.

Art. 47 - Este Estatuto será registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Sobral – Ceará.

Sobral, 16 de abril 2018.

Presidente

*Claine de N. Freitas Rocha*

Secretário (a)

*Jonayra F. de Silva*

*LA*  
Lucas Loidola Aragão  
Advogado  
OAB/CE: 32.026



Cartório 2º Ofício  
Livro A-12 Fls 320  
Nº 630 

**EM BRANCO**

Cartório 2º Ofício  
Cidade de São Paulo  
Rua da Consolação, 1000

**EM BRANCO**

Advogado  
DABICE 32.028

Cartorio 2º Ofício

Livro A-12 Fls 34V

Nº 630

EM BRANCO

Advogado  
CABOEIRO 32.058

Cartorio 2º Ofício

Livro A-12 Fls 35V

Nº 630

15

EM BRANCO

Cartório 2º Ofício  
Advogado  
CABICE: 22.036

**EM BRANCO**

Cartorio 2º Ofício  
Livro A-12 Fls 37V  
Nº 630

EM BRANCO

OAB CE: 23.058  
Advogado  
Carmelinda Araújo



Reconheço a(s) Firmas(a) de Edison Almeida por Autenticidade  
 ( ) por Semelhança. De Edison Almeida  
Alzamento Frontal  
de rosto e prova biométrica  
de Edison Almeida Dou Fé.

03 MAIO 2018 Sobral - CE

Fiz Testemunho Edison Almeida da verdade.

MARIA APARECIDA SILVA - Titular Interina  
 RITA DE CÁSSIA GABRIEL COSTA - Substituta  
 JAQUELINE MARIA SOUSA COSTA - Substituta

VALIDO(A) SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE.



CARTÓRIO EDISON ALMEIDA - 2º OFÍCIO  
 Certifico que atendendo requerimento da parte interessada registrei no livro de registro de Pessoas Jurídicas A - 12, sob o nº 630 as fls. 32/38V. A Alteração do Estatuto com exatidão de Enunciados de Moedas, com o objetivo de deliberar a alteração do Cap. VI, Seção I, Artigo 34.

Tendo o mesmo adquirido personalidade Jurídica; dou fé Sobral (CE), 04 de maio de 2018.

Edison Almeida  
 OFICIAL

SELO	
EMOLUMENTOS	R\$: 123,30
ISS	R\$: 6,15
FAADEP	R\$: 6,15
FRMP	R\$: 6,15
FERMOJU	R\$: 8,35
SELO	R\$: 52,70
TOTAL	R\$: 209,80